



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001028-38.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF.

DESPACHO Nº 984 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, visando à contratação da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., inscrita sob o CNPJ n. 84.113.349/0001-20, especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de *Variable Refrigerant Flow* (VRF), por inexigibilidade de licitação, de modo a suprir as necessidades atuais de sensores térmicos no segundo piso do Edifício-Sede, proteção térmica dos tubos do sistema no Anexo II, peças para repor durante a execução do contrato no ano de 2023 e parte de 2024 (1016720).

Para instrução dos autos, carrou-se o documento de formalização da demanda (1016972); a solicitação de contratação (1017482); o termo de referência (1018810); a carta de exclusividade da empresa (1019986); a proposta comercial da empresa (1023072); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação (1027148); a comprovação da regularidade para contratar com a Administração Pública por meio do SICAF (1023569).

Justifica-se a contratação na ocorrência de problemas em sensores térmicos, bombas de dreno, placas de inversão de ventiladores e outros componentes do sistema de climatização do tipo VRF da marca Mitsubishi, instalado no Edifício Sede e Anexo II deste Regional, e por não haver mais disponibilidade orçamentária no Contrato n. 08/2018 (0301448), visto que foi gasto R\$ 22.195,00 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais) com peças, o que completou o limite do contrato informado, conforme consta do evento n. 0960666. Com isso, passa-se a efetuar esta aquisição por inexigibilidade, uma vez que a aludida empresa possui exclusividade de fornecimento de peças no Brasil, consoante itens 2.2 e 3.1 do TR (1018810).

O valor estimado para a contratação é de R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais).

A SAC, em análise do TR, complementado pela proposta da empresa, concluiu que os autos encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação (1027274).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 549 da COFC (1027421), formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro (1027452).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1030905).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação (1027148); pela contratação direta da empresa por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do ato de inexigibilidade no Diário Oficial da União (DOU), bem como do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato ou nota de empenho no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, além de divulgá-los no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO (1031583).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação. Entretanto, em análise foi detectado aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI n. 0003649-42.2022.6.22.8000, tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral de Rondônia, de modo a impossibilitar a tramitação de ambos os feitos, tendo em vista que resultariam na vigência de dois contratos com o mesmo objeto, um dos quais por inexigibilidade (1036718).

Em atenção ao Despacho n. 829 (1036718), a SEMAP alegou que as contratações não estariam associadas, tendo em vista que a aquisição de peças pleiteada neste autos seria impulsionada para situações urgentes para atendimento do atual Contrato n. 08/2018 firmado com a empresa Vento Sul (0301448), prorrogado excepcionalmente até o dia 20/12/2023 (1044852). Com isso, a SAOFC manifestou-se pela continuidade do trâmite da presente contratação direta (1037583).

Analisando os autos, esta Diretora-Geral concluiu não haver mudança da situação inicialmente apurada, razão pela qual concluiu-se pela inviabilidade do prosseguimento da pretensa contratação direta, via inexigibilidade, em face da ausência de pressuposto legal a fundamentar situação de inexigibilidade, bem assim, ausência de comprovação nos autos capaz de respaldar a contratação do objeto em razão de situação caracterizadora de emergência e urgência (1042504).

Irresignada, a unidade demandante interpôs pedido de reconsideração, elencando as particularidades ocorridas no transcorrer deste processo, bem como apresenta novos esclarecimentos e submete os autos para nova análise. Nesse contexto, a SEMAP elucidou que para ajustar a futura contratação da prestação dos serviços, foi excluído qualquer tipo de fornecimento de peças, as quais serão adquiridas em processos apartados. Assim, considerando que os documentos que abalizam a aquisição das peças por inexigibilidade estão afinados com a Nova Lei de Licitação e Contratos 14.133/2021, o procedimento administrativo está devidamente instruído, com os pontos legais cabíveis à espécie atendidos e os conflitos de objetos esclarecidos, solicita-se a reconsideração da decisão contida no DESPACHO N. 903 / 2023 - PRES/DG/GABDG, evento n. 1042504 (1046371).

Por seu turno, a SAOFC manifestou-se em concordância com o proposto pela SEMAP (1047254).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

O art. 74 da Lei de Licitações e Contratos define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

(...)

Como verifica-se, o dispositivo exemplifica situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita. Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo não faz sentido realizar uma licitação.

Para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, § 1º:

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Como relatado, os presentes autos visam à contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF, por inexigibilidade de licitação, de modo a suprir as necessidades deste Tribunal. Todavia, verificou-se aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI n. 0003649-42.2022.6.22.8000, tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia.

Após as diligências entendidas necessárias, a unidade demandante esclareceu que para ajustar a futura contratação da prestação dos serviços, foi excluído qualquer tipo de fornecimento de peças, as quais serão adquiridas em processos apartados, de modo que o novo TR será apresentado no PSEI n. 0003649-42.2022.6.22.8000. Com efeito, no contexto deparado, é mais adequado tratar dois processos distintos, quais sejam, um para a contratação dos serviços necessários e outro para a compra das peças junto ao fornecedor exclusivo (1046371).

Essa abordagem permitirá uma maior transparência e controle sobre as aquisições realizadas, além de garantir a utilização dos recursos de forma mais vantajosa para a administração pública.

Além disso, ressalta-se que a SEMAP demonstrou elementos necessários para caracterizar a: I - necessidade, a partir das justificativas e fatores elencados nestes autos, nos seguintes documentos: Documento de Formalização da Demanda - DFD (1016972), Termo de Referência (1018810), Manifestação n. 18/2023 (1037469) e apontamentos constantes nos itens 2, 5 e 6 da Solicitação n. 31/2023 (1046371); a II - urgência e emergência, com base nas justificativas e esclarecimentos elencados nestes autos, nos seguintes documentos: Documento de Formalização da Demanda - DFD (1016972), Termo de Referência (1018810), Manifestação n. 18/2023 (1037469) e apontamentos constantes nos itens 2, 5 e 6 da Solicitação n. 31/2023 (1046371); e III - economia ao erário, a ser aferida com a futura contratação, conforme apontamento constante no item 3 da supracitada solicitação, bem como o disposto no Termo de Referência (1018810) e no Documento de Formalização da Demanda - DFD (1016972).

Feito os registros acima, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, nos serviços especificados no objeto do termo de referência, diretamente com a empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., fornecedora exclusiva de partes e peças para equipamentos de ar condicionado tipo Split, Ar-Condicionado do tipo Package, Ar-Condicionado do tipo VRF City Multi e Ar-Condicionado do tipo Split System, Secadores de Mãos Jet Towel, sistemas de ventilação e recuperação de energia produzidos pela Mitsubishi Electric Corporation (1019986), documento que cumpre a necessária demonstração da inviabilidade competitiva exigida pelo § 1º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, a empresa comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública.

Registra-se que, no caso sob análise, foram observados os requisitos previstos nos incisos VI e VII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que, por se tratar de fornecedor único do serviço, como declarado nos autos, está justificada a escolha do fornecedor e, no tocante ao preço, o valor do contrato foi obtido a partir da comparação do valor da proposta com os preços praticados pelo fornecedor em outras instituições, para o fornecimento de idêntico objeto a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados nestes autos e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021 (1027148), onde há demonstração de que

os valores apresentados são razoáveis e atendem aos princípios da eficiência e economicidade, mesmo tratando-se fornecedor exclusivo, o que dá suporte ao procedimento de exceção ao dever de licitar.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - aprovo Termo de Referência n. 2/2023 – SEMAP (1018810), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 1027148, em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei. n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

IV - Adjudico o objeto à empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 84.113.349/0001-20 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais); e

V - Determino a divulgação do ato autorizativo e da nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 22/08/2023, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1051073** e o código CRC **909D0917**.